

O QUILOMBO DE PITOMBEIRA

Rodrigo de Azeredo Grünawal¹
(Universidade Federal de Campina Grande)

Introdução²

Este texto trata da comunidade de remanescentes de quilombo de Pitombeira, situada na região do Seridó Ocidental, no estado da Paraíba, mais exatamente, no município de Várzea, na fronteira sudeste com o município de Santa Luzia, seguindo a rodovia PB-233 (Rodovia Estadual Anísio Marinho). Ambas as municipalidades reconhecem Pitombeira como uma comunidade de remanescentes de quilombo.

A população de Pitombeira gira, atualmente, em torno de cento e cinquenta indivíduos distribuídos em cerca de cinquenta unidades familiares. Seu território de ocupação é de 220,9056 ha, mas existem alguns moradores que não são quilombolas e que estão de posse de terras e residências no interior dessa territorialidade. Há, ainda, vizinhos que ocupam terras que são reconhecidas como parte integrante da territorialidade original de Pitombeira e que são requeridas pela comunidade para compor seu futuro território a ser delimitado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)³.

Em geral, a agricultura é de importância fundamental para a comunidade. As plantações das famílias servem apenas para a subsistência, porquanto seu produto não é comercializado. As culturas mais comuns são as de feijão, milho, melancia e jerimum. Apesar disso, as famílias de Pitombeira compram nas cidades os itens de sua alimentação cotidiana. As fruteiras (umbu, caju, banana etc.) são importantes para alimentar as pessoas, especialmente, as crianças, assim como a carnaúba e a umburana, a matéria-prima usada para a confecção de artesanato.

Além do jumento – utilizado como um meio de transporte e nos serviços domésticos (principalmente transporte de galões de água potável em carroças) e do campo – as criações de animais são pequenas e servem apenas para subsistência. No entanto, umas raras famílias comercializam galinhas, na comunidade, e gado, em Várzea e Santa Luzia. Dois membros da comunidade são apicultores, fazem parte da Associação de Criadores de Abelhas do Vale do Sabugi (ACAVS) e, por meio dos apiários, em Pitombeira, comercializam mel nas cidades da região.

¹ Doutor em antropologia; professor vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande.

² Os dados apresentados neste capítulo foram extraídos do Relatório Antropológico de Identificação Étnica e Territorial de Pitombeira, escrito pelo autor do presente texto para a S.A. Consultoria de Gestão de Processos de Qualidade Ltda. e como parte do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do referido quilombo em processamento no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

³ Com a inclusão de todas essas áreas, o território de Pitombeira passaria a ter uma área a ser titulada com 354,1766 hectares. Para essa questão, consultar o relatório de Grünewald (2013).

A comunidade rural de Pitombeira se reconhece como uma comunidade de negros, isto é, como um quilombo. Tal reconhecimento é construído historicamente através das relações sociais, que separam os membros da comunidade de todos os outros sujeitos – vizinhos diretos ou moradores de outros lugares – com quem interagem.

A identidade dos membros da comunidade, em termos de sua unidade étnica rural, remete à sua origem a partir de quatro ex-escravos que se estabeleceram naquele lugar com suas mulheres, na segunda metade do Século XIX, e deram origem à atual comunidade quilombola. Esses ancestrais (Inácio Félix, Severino, Simplício e Gonçalo Fogo) seriam as “raízes” que formaram as linhagens que ali se seguiram, consolidando a ocupação daquele território. O nome Pitombeira que foi dado ao lugar se deve, segundo dizem, ao fato de que esses casais encontraram ali um grande pé de pitomba, que se tornou referência para o estabelecimento de suas posses.

Outro elemento que se pode destacar sobre o início da Comunidade de Pitombeira é a Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e a *performance* do *tope do juiz* que acontece durante a festa. Ambas as tradições foram idealizadas por negros alforriados de Pitombeira e tiveram origem na segunda metade do Século XIX. Outras tradições também são percebidas no interior do Sítio Pitombeira, entre elas, a novena em latim, realizada no mês de maio, na casa de uma tradicional família do lugar; o “roubo” da imagem de São José ou de Santo Antônio, em busca, respectivamente, de um bom ano com chuvas ou de bom casamento; a produção artesanal em palha, panos e madeira; os forrós. Há, ainda, algumas lendas que se referem a episódios ou a personagens tradicionais do quilombo e que fazem parte da memória social constitutiva da identidade dos quilombolas em questão.

Por fim, somando o que se sabe sobre o passado escravista em relação aos antigos habitantes de Pitombeira, com a agência do movimento social quilombola em vigor na atualidade, foi que, em 25 de abril de 2005, membros importantes da Comunidade Pitombeira (na época, representada pela Associação Comunitária do Sítio Pitombeira) encaminharam um documento à Fundação Cultural Palmares, requerendo sua certidão como comunidade remanescente de quilombo. A Certidão de Autorreconhecimento foi emitida pela Fundação Cultural Palmares logo em 12 de maio de 2005.

Com base nessas informações iniciais, o presente artigo pretende apresentar ao leitor uma breve caracterização da comunidade, em termos históricos, socioculturais, econômicos e políticos.

Sobre o povoamento do Sertão da Paraíba

Ao nos concentrarmos aqui na ocupação da Paraíba – e, mais particularmente, do Seridó Ocidental – ressaltamos que ela se conformou, desde o início, em padrões de conquista e colonização baseados em expectativa europeia própria do mercantilismo internacional. Desde o Século XVI, adotou-se, no Brasil, o sistema das sesmarias para fins de distribuição de terras, o que resultou na concentração de grandes propriedades rurais nas mãos de colonos que, fiéis à Metrópole, eram responsáveis pela exploração e pelo desenvolvimento da colônia, com suporte fundamental do regime escravocrata. Se, no Século XVI, destacava-se o desenvolvimento do litoral paraibano através da monocultura canavieira, no Século XVII, tornaram-se cada vez mais importantes a

criação de gado e a lavoura de mantimentos “destinadas a suprir necessidades de força-motriz dos engenhos e de subsistência da população, que foram ocupando terras inadequadas à plantação de cana-de-açúcar” (GONÇALVES, 2007, p. 178-179). Depois da bélica presença holandesa na Paraíba (1625-1654), vieram as entradas e as bandeiras, que adentraram o estado no sentido leste-oeste e povoaram o interior com a introdução de currais de gados. Assim, seguindo os cursos dos rios e partindo tanto da Casa da Torre (na Bahia) quanto do litoral, “paulistas e baianos”, segundo Mariz (1980), “já batiam os altos sertões do Nordeste” (MARIZ, 1980, p. 38) na segunda metade do Século XVII. Um nome de destaque nessa ocupação do sertão foi o de Teodósio de Oliveira Ledo, personagem que se tornou o principal responsável pela “conquista e pelo povoamento do sertão paraibano” e que promoveu, já no final do Século XVII e início do XVIII, os primeiros aldeamentos e povoados da região (JOFFILY, 1892, p. 115).

Foi assim que a pecuária bovina penetrou no sertão. Damasceno (2001, p. 16) refere que, de maneira geral, “essa apropriação de terras dita inculta pelo colonizador espalhou currais pelo sertão. Nessa fase, todo e qualquer interesse dava-se sobre a prerrogativa de implementação não apenas de algumas fazendas, mas de um vasto domínio, que assegurou a organização do espaço agrário do semi-árido sob o predomínio de latifúndios e, posteriormente, assegurou a organização de um minifúndio dedicado à agricultura”. Esse autor lembra, ainda, que, na conquista do sertão, “as únicas atividades ligadas à produção agrícola eram roças que os fazendeiros, com seus escravos e agregados, implementavam a fim de prover, exclusivamente, a subsistência. Surgem daí os primeiros pequenos agricultores” (*Ibid.*). Em geral, eram pequenas culturas de milho, feijão e mandioca para a subsistência dos colonos. Além disso, “o difícil acesso a terra e os altos custos para a manutenção de um rebanho bovino direcionaram o colono pobre a dedicar-se a uma atividade agrícola” (*Ibid.*, p. 17).

De fato, somente na primeira metade do Século XIX foi que a “caatinga” – tanto no agreste quanto no sertão – tornou-se o centro dos cultivos de algodão e logo passou a competir com a produção da cana. E a atividade primária de toda a região sertaneja passou a se organizar a partir do tripé gado, algodão e lavouras alimentares. Segundo Moreira e Targino (2007),

A forma de exploração das grandes propriedades pode ser resumida da seguinte maneira: o gado era criado de forma extensiva, solto na caatinga, requerendo um pequeno número de trabalhadores para o seu trato e pertencendo, via de regra, ao proprietário; o algodão era cultivado tanto nas grandes quanto nas pequenas propriedades; quando cultivado nas grandes propriedades, o seu cultivo fazia-se sob a forma de parceria ou de arrendamento, ficando, portanto, os riscos da produção a cargo dos parceiros e arrendatários; a extração do sobre-trabalho era feita basicamente através dos mecanismos de comercialização, uma vez que a parte do produto, que cabia aos parceiros e aos arrendatários deveria ser comercializada diretamente com o proprietário (MOREIRA; TARGINO, 2007, p. 79).

Já as lavouras alimentares “eram exploradas diretamente pelos pequenos produtores independentes (pequenos proprietários e arrendatários) ou subordinados (parceiros e moradores)” (*Ibid.*).

Os autores asseveram que a difusão do algodão faz consolidar as relações de trabalho características do semiárido, a saber: os sistemas de parceria e de arrendamento, que já se evidenciavam mesmo antes da abolição da escravatura.

Enfim, se o sistema agropastoril é a mais destacada herança econômica do sertão paraibano, não só o criatório e agricultura despertaram interesse dos colonizadores. De fato, a mineração aurífera, de diamantes e pedras preciosas, em geral, também se registra no período colonial sem, entretanto, registrar garimpos sistemáticos, pois a mineração bem estruturada só foi registrada na região em meados do Século XX. Durante a Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento da região do Seridó Ocidental paraibano (para além do gado e do algodão) também se estabelece através da exploração mineral. Já com o declínio da cotonicultura, no início da década de 1980 (e sem espaço para o avanço de novas culturas na região e com boas condições geológicas para mineração), temos que muitos trabalhadores trocaram a plantação pelo extrativismo mineral.

Se nós temos percebido que a população de Pitombeira sempre esteve inserida nas frentes produtivas regionais (pecuária-agricultura-mineração) como força de trabalho, notamos, em contrapartida, que, cada vez mais, as condições de sustentabilidade num território autônomo ficaram enfraquecidas durante as décadas do Século XX pelas condições físicas e sociais características do semiárido e pelo envolvimento subalternizado em uma sociedade capitalista rural baseada no latifúndio.

Vejamos, agora, algumas características da história territorial de Pitombeira e o posicionamento político atual da comunidade frente à sociedade regional envolvente para alcançar planos coletivos de desenvolvimento econômico e social, independentes dos grandes proprietários da região.

Pitombeira: uma comunidade rural de negros

Na primeira década do Século XXI, a comunidade rural de Pitombeira passou a ser objeto de pesquisas que, primeiramente, recuperaram sua história em trabalhos acadêmicos. Alguns desses pesquisadores vão além da informação oral disponível na comunidade de que seus fundadores seriam Inácio Félix, Severino, Simplício e Gonçalo Fogo. Medeiros (s/d) e Nóbrega (2007), por exemplo, afirmam que Matheus Velho foi o primeiro habitante de Pitombeira. Ele fora alforriado pelo capitão Neco da Ramadinha, que lhe doou essa terra nas sobras da data de Moicó. Esse mesmo negro alforriado teria sido o fundador da Festa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, da cidade de Santa Luzia, no ano de 1871, depois de pedir ao Capitão Neco da Ramadinha auxílio para confeccionar os instrumentos musicais e vestuário para que se fizesse ali uma festa como se fazia em Luanda, na África. No ano seguinte, em Pitombeira, iniciou-se a tradição do *tope do juiz*, que também teve como protagonista a figura de Matheus Velho. Também, nessa década, chegaram a Pitombeira as famílias dos Izidros e dos Ambrósios, que lá foram acolhidas por Matheus. Por fim, ainda nessa mesma

época, o Coronel Zezinho da Quixaba também doou terras na sobra da data de Moicó a um neto bastardo, chamado de Silvestre Xavier de Nascimento e que, casado com uma escrava (Mãe Canuta), estabeleceu-se vizinho aos negros já referidos. Igualmente, Neco de São Domingos também doou terras a ex-escravos na vizinhança e que se uniram às já mencionadas e das quais provieram a família dos Estevãos. Nóbrega, Silva e Silva (2007) referem-se, em função disso, à “expansão territorial da Comunidade Pitombeira”, considerando que tais porções de terras doadas a ex-escravos foram unidas, e “as famílias se fundiram, tornando-se um só povo” (NÓBREGA, SILVA E SILVA, 2007, p. 3).

Apesar de coletarmos os depoimentos de todos os idosos da comunidade, constatamos que esses elementos relativos ao Século XIX se apresentam ausentes ou dispostos de forma confusa em suas memórias individuais, bem como na conformação da memória coletiva do grupo. De fato, verificamos tal carência de memória não só em relação a Matheus (ou “Matheus Velho”) e à ocupação primeira de Pitombeira, mas também à chegada dos outros fundadores da comunidade e da descendência deles, bem como da relação que Pitombeira estabelece na segunda metade do Século XIX com o quilombo da Serra do Talhado (município de Santa Luzia), para onde um de seus supostos moradores (José Bento Carneiro) teria se mudado, dando origem a outra comunidade quilombola, que viveu, ao contrário de Pitombeira, de maneira mais isolada.

Embora a memória da comunidade de Pitombeira não alcance, precisamente, essa época de que estamos tratando, nem por isso deixa de ser construída e bem formulada uma narrativa sobre o início da festa de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que teve início, precisamente, no ano de 1871. É, de fato, motivo de orgulho da comunidade que a origem da festa e a tradição do *tope do juiz* tenham partido de Pitombeira. Talvez essa tradição do *tope do juiz* esteja mais presente na memória de Pitombeira por causa da existência da Irmandade da Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da cidade de Santa Luzia⁴, que tem mantido o objetivo, explícito em seu estatuto, de apoiar, incentivar e criar atividades que visam à identidade e à conscientização do povo negro, preservando seus valores na história.

Sucinta história das famílias de Pitombeira e de sua organização social e política

Há, em Pitombeira, uma memória social definida sobre o *tope do juiz*, embora os detalhes do momento inicial dessa tradição não estejam bem elaborados pelos membros da comunidade. Igualmente, os supostos primeiros habitantes do lugar – Matheus Velho e José Bento Carneiro – não são mencionados quando se pergunta sobre as origens da comunidade. Há que se perguntar diretamente sobre Matheus para uma ou outra pessoa falar que ouviu dizer que ele teria sido o “dono da Pitombeira”. Quanto a José Bento, é referido por poucos como alguém que era dali e foi para o Talhado. Na comunidade, não sabem informar quem do Talhado teria ido para Pitombeira por troca de terra com

⁴ Essa Irmandade “foi criada por força da Lei Provincial Nº 414, de 24 de novembro de 1871, promulgada por Frederico de Almeida e Albuquerque, Presidente da Província da Paraíba. Essa Irmandade também foi reconhecida pelo Vaticano, em 22 de maio de 1923, a pedido do Padre Belisário Dantas da Paróquia de Santa Luzia do Sabugy” (NÓBREGA, 2007, p.127).

José Bento. Na verdade, as pessoas de Pitombeira não têm a menor ideia do que aconteceu com a descendência de Matheus ou de Zé Bento. Muitas vezes, parece que a história desses dois personagens lhes é alimentada por pessoas de fora (pesquisadores ou membros da Irmandade do Rosário dos Pretos). Inclusive, esses dois personagens não estão entrelaçados nas narrativas sobre Pitombeira⁵. Já outros nomes referidos pelos pesquisadores estão presentes de forma mais consistente na memória da comunidade, como é o caso dos Estevãos ou as Máximas, por exemplo.

Em nossa pesquisa direta na comunidade, o que temos são as narrativas orais referentes a Inácio Félix, Severino, Simplício e Gonçalo Fogo, que ressaltam a origem da comunidade quilombola. Eles eram os ancestrais mais presentes na lembrança do ancião Ladislau Ricarte da Silva (Lalau, falecido aos 99 anos, durante o período de condução da pesquisa que realizamos na comunidade), que comunicou aos seus familiares sobre essas pessoas. Embora esses nomes tenham se divulgado em Pitombeira, mesmo entre os mais idosos da comunidade, atualmente (na faixa entre 70 e 95 anos), não registramos referências precisas acerca desses quatro indivíduos que, supostamente, teriam sido acolhidos ali por Matheus. De qualquer forma, como Lalau era considerado o porta-voz mais fiel sobre a origem e as demais histórias antigas da comunidade, considera-se sua narrativa como a legítima. Então, tem-se que Inácio Félix, Severino, Simplício e Gonçalo Fogo seriam os fundadores de Pitombeira. De nossa parte, passamos a considerar igualmente esses quatro personagens como os fundadores da comunidade, na medida em que tanto Matheus quanto Zé Bento (ou Nestor e Zuribabel, que, inimagináveis aos quilombolas de Pitombeira, teriam trocado as terras do Talhado com Zé Bento e ido morar em Pitombeira), não deixaram descendência em Pitombeira pelo que se sabe.

Almeida (2009) ressaltou que “o grupo não apresenta um ancestral comum, mas vários ancestrais que acabam definindo diferentes linhagens genealógicas” (ALMEIDA, 2009, p. 25). Estamos de acordo com essa interpretação, sobretudo porque percebemos uma vocação exogâmica na comunidade e o fato de sua composição não se limitar às linhagens desses “fundadores”, mas à chegada de outras famílias (tanto no final do Século XIX quanto durante as primeiras décadas do Século XX), as quais também contribuíram para formar e consolidar a configuração genealógica atual de Pitombeira. Todas essas famílias (descendentes dos quatro fundadores ou de outras famílias que ali se estabeleceram posteriormente, mas que cresceram e frutificaram) são referidas como “raízes” – que é uma importante expressão para a atribuição de pertencimento ao quilombo.

Ressalte-se, ainda, que essas famílias de negros, ao se territorializarem em Pitombeira, não formaram uma comunidade agrícola isolada das cidades, pois, se a agricultura era “sua principal fonte de sobrevivência” (MEDEIROS, s/d, p.4), eles eram também “artesãos, ferreiros, carpinteiros, cerqueiros etc. Também criavam galinhas, ovelhas e bodes. O jumento era seu principal meio de locomoção, e era montado nele que frequentavam a feira de Santa Luzia e a do povoado de Várzea” (*Ibid.*). Ao

⁵ Ou seja, eles não são referidos como se tivessem vivido na mesma época ou como se fizessem parte de uma mesma narrativa, pois estamos sempre diante de narrativas distintas quando se faz referência a essas pessoas tanto pelos pesquisadores quanto pelas fontes orais diretas.

considerar os depoimentos que recolhemos em campo, percebemos que esse trânsito com a cidade fez com que, com o passar do tempo, eles começassem a optar pela vida de trabalho fora do quilombo (mesmo mantendo suas roças e criatórios na comunidade) na busca por melhores condições econômicas para o sustento das famílias.

Contudo, as oportunidades de empregos temporários e por conta própria (as “empeleitadas”) não foram, talvez, a principal fonte de trabalho no exterior da comunidade. Temos que considerar o peso que a pecuária, o cultivo do algodão e a mineração tiveram na vida das pessoas de Pitombeira, bem como o emprego nas lavouras das fazendas vizinhas.

Segundo Arnaldo Dantas de Araújo, um velho morador de Várzea, que conhece bem Pitombeira, a pecuária e o algodão dominaram a economia de Várzea até meados do Século XX, quando a Mina da Quixaba⁶ proporcionou grande incentivo à mineração na região. Essa atividade passou a concorrer com as outras duas. Os habitantes de Pitombeira sempre trabalharam nessas atividades (e ainda em lavouras de feijão, fumo etc.) para eles e para fazendeiros vizinhos. De fato, além de possuírem algumas cabeças de gado e manterem roças de algodão e gêneros alimentícios, havia a mineração em Pitombeira, através da exploração de Mina de Ricarte, um antigo morador negro do quilombo. Essa mina teve uma importante atividade por cerca de vinte anos, entre o início dos anos 1950 até o início da década de 1970.

Uma questão importante quanto ao trabalho que desenvolveram na mina, durante cerca de vinte anos, diz respeito à questão climática, porquanto eram agricultores e trabalhavam na agricultura somente no período de inverno, o que corresponde a três meses no ano. O resto do ano é verão, quando não tinham (e nem têm atualmente) a menor condição de sobreviver com a agricultura. Assim, a mina supria, para algumas famílias, as necessidades não preenchidas com o trabalho agrícola. Porém os responsáveis pela mina, ao longo desses anos, empregavam também pessoas de fora de Pitombeira para serviços que requeriam experiência, ou seja, garimpeiros que eram contratados como administradores desses pequenos empresários do ramo da mineração.

Por fim, podemos dizer, de uma maneira geral, que essas eram as difíceis condições de sobrevivência no Sítio Pitombeira ao longo do Século XX. Em consequência delas, muitos de seus moradores migraram para vários lugares do estado da Paraíba, para estados da região Nordeste e para vários estados do Brasil por uma questão de “sobrevivência”. E cada vez mais é maior o desinteresse dos jovens por uma vida baseada na agricultura. Lastima-se, na comunidade, pela falta de projetos governamentais que assegurem uma boa condição de vida aos agricultores do semiárido paraibano. O movimento de se organizar como uma comunidade de remanescentes de quilombo busca, inclusive, favorecer uma reorganização rural – tanto agrícola quanto outros projetos, como criatório de peixes, abelhas etc. – e a continuidade das famílias de Pitombeira em sua terra, com suas *raízes*.

De fato, informadas pelo Movimento Social Quilombola de que poderiam fazer do Sítio Pitombeira um quilombo, ou seja, um território coletivo com apoio federal, os habitantes de Pitombeira organizaram uma nova territorialização (PACHECO DE

⁶ Fazenda da Quixaba é imediatamente vizinha de Pitombeira.

OLIVEIRA, 1999) naquele sítio, baseada na identidade racial e de parentesco – de serem negros descendentes de escravos alforriados que ali se estabeleceram no final do Século XIX, que deu origem a uma comunidade de parentes que reconhecem tais “raízes” – e com uma história de vida compartilhada de trabalho e de lazer naquelas terras.

Considerações finais

A comunidade rural do Sítio Pitombeira se reconhece como uma “comunidade remanescente de quilombo”, da forma como é assegurada tal definição pela Constituição Brasileira de 1988 e pelo Decreto Presidencial nº 4887, de 20 de novembro de 2003. Chamados nas cidades vizinhas de “os pretos da Pitombeira”, trata-se, atualmente, de uma população rural organizada politicamente como um grupo social em luta por seus direitos territoriais e em busca de projetos assistenciais que, juntamente com uma pretendida expansão territorial, ajude-os a reorganizar sua comunidade em busca de uma sustentabilidade que garanta sua reprodução social dentro da tradição agrária (camponesa, independente) que reconhecem como que lhes seja própria.

Consideramos que tal população negra rural se organiza como um grupo étnico singular, com fronteiras sociais bem demarcadas e com uma história própria, a contar de cerca de nove gerações, quando os fundadores da comunidade ali se estabeleceram e iniciaram a ocupação produtiva daquela área. Os habitantes de Pitombeira se identificam através de laços de parentesco e se baseiam em sua experiência racial para se confrontar diacriticamente com as populações rurais e urbanas circundantes, constituindo-se como comunidade de remanescentes de quilombo.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Vera Lúcia de. *Quilombo da Pitombeira: reflexo da resistência de um povo*. Monografia de Curso de Licenciatura em História, apresentada a Faculdades Integradas de Patos. Patos/PB, 2009.

DAMASCENO, João. *A exploração de rochas ornamentais no semiárido paraibano*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Recife: CFCH/UFPE, 2001.

GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e Açúcares: política e economia na Capitania da Parayba – 1585-1630*. Bauru: EDUSC, 2007.

GRÜNEWALD, Rodrigo de A. *Os quilombolas de Pitombeira*. Relatório Antropológico apresentado à S. A. Consultoria de Gestão de Processos de Qualidade Ltda. como parte do RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação) da comunidade de remanescentes de quilombos de Pitombeira em processamento no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA – SR 18 / PB). Campina Grande, 2013.

JOFFILY, Irenêo. *Notas sobre a Parahyba*. Brasília: Thesaurus Editora, 1892.

MARIZ, Celso. *Apanhados históricos da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1980.

MEDEIROS, Mário Ferreira de. *A Comunidade Pitombeira*. Texto digitado: Santa Luzia, s/d.

MOREIRA, Emília & TARGINO, Ivan. “De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano”. In: *Nera*, 10 (10), 2007.

NÓBREGA, Joselito Eulâmpio da. *Comunidade Talhado: um grupo étnico de remanescente quilombola: uma identidade construída de fora?* Dissertação apresentada no Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade. Campina Grande/PB, UEPB, 2007.

NÓBREGA, Joselito E.; SILVA, Bernadete M. da S. & SILVA, Antônia. C. “A Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos em Santa Luzia – PB: uma marca cultural da Comunidade de Pitombeira”. In: *Anais do Seminário Nacional de Estudos de História e Cultura Afrobrasileiras*. Campina Grande: EDUEPB, 2007.

PACHEDO DE OLIVEIRA, João. “Uma Etnologia dos ‘Índios Misturados’? Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais” In: *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.